

O COMERCIANTE, O PODER LOCAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE (1920-1950)¹

Márcia da Silva²

Resumo: O objetivo desse texto é o de demonstrar as realizações do poder público municipal de Presidente Prudente, quando este esteve sob o controle de membros da Associação Comercial e Industrial (ACIPP), tendo como enfoque o processo de produção do espaço urbano de acordo com seus interesses. As formas produzidas naquele momento (décadas de 1920, 1930 e 1940) estão impressas na cidade como resultado, além de outros, desse processo, condicionando a produção do espaço da atualidade, ainda que com funções diferentes daquelas para as quais surgiram.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente; Comerciante.

THE MERCHANT, THE LOCAL POWER AND THE PRODUCTION OF PRESIDENTE PRUDENTE URBAN SPACE (1920-1950)

Abstract: The objective of this text is demonstrating the realizations of the municipal public power of Presidente Prudente, when it was under control of members of the Commercial and Industrial Association (ACIPP), using as perspective the process of production of the urban space in agreement with their interests. The produced forms on that

¹As idéias contidas nesse artigo foram produzidas originalmente para a Dissertação de Mestrado em Geografia intitulada "O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais" defendida pela FCT/UNESP em setembro de 2000.

²Doutoranda em Geografia pela FCT/UNESP. Rua Mário Bôscoli, 205, apto. 20, Jardim Icaray, Presidente Prudente-SP, Cep: 19060-540. Fone: (18) 231-1769. E-mail: marsia@cade.com.br.

moment (decades of 1920, 1930 and 1940) are printed in the city as a result, besides other, of this process, conditioning the production of the space of the present time, although with different functions from that they rise for.

Keywords: Production of the urban space; Commercial and Industrial Association of Presidente Prudente; Merchant.

1. A produção do espaço urbano e o poder local em Presidente Prudente

A cidade é produzida como lugar de encontros e de desencontros, de construção e de desconstrução, de sincronias e de diacronias, da base concreta que dá suporte ao vivido. É "expressão do processo de urbanização, decorrência dos papéis urbanos desempenhados no decorrer do tempo histórico, e condição para as práticas sociais, de diferentes naturezas, que se realizam através do cotidiano urbano". (Sposito 1999, p. 13)

O que define, conserva e transmite o caráter de uma cidade é, assim, o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera particular, opõe à destruição de certos fatos que têm para ele valor, e alguns, de comum acordo, à destruição de determinados fatos cujo valor é consenso de, pelo menos, parte da sociedade.

É com isso que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. (...) Entender como esses processos se entrecruzam sincronicamente e diacronicamente num determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória da cidade. (Abreu, 1998, p. 19)

É neste sentido que o viver na cidade traz à tona o além pedra, concreto e madeira; traz o espaço urbano constituído, permitindo que o aparecer social aconteça. É aí o lugar em que os costumes, os valores e as realizações dos sujeitos se configuram mais efetivamente. A cidade, de acordo com Lefebvre (1999, p. 111)

atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças.

E se a cidade é resultado da produção, essa produção pressupõe a produção do espaço, porque “*não há produção que não seja do espaço*” (Santos, 1994, p. 88). E a produção do espaço pressupõe sujeitos, aqui o comerciante, através de sua atividade e como ator das relações de poder locais.

Ao se priorizar como objeto de pesquisa os atores que estiveram no poder, não somente no sentido de exercer um cargo público ou de liderança política, mas de influenciarem de forma direta ou indireta as decisões locais então tomadas, pelo poderio econômico ou simbólico, é possível entender a produção do espaço como um aspecto mediador da conquista ou da preservação do poder, inclusive no imaginário social.

Quando se fala em produção do espaço, faz-se necessário pensar nas transformações que são levadas a cabo por meio do homem enquanto produtor de idéias. Produzir o espaço significa a ação de determinados agentes, para suprir necessidades de relações de produção específicas, tendo como elemento de respaldo ou de impedimento alguns aportes legais, estabelecidos a partir de posturas burocrático-administrativas de Estado.

Tomando como referencial Lefebvre (1999)³, o sentido do termo produção tem como suporte o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Assim, para o autor (1999), há produção não só de mercadorias, mas de valores, de ideologias e de ilusões dos sujeitos sociais que conduzem a história. A produção implica e compreende

³ Lefebvre trabalha com o termo produção na obra de Marx e Engels. Aponta que só há a possibilidade de entendimento do termo em sentido duplo, ou seja, a partir da historicidade e da práxis.

a produção das idéias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada “a atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real”. Os homens produzem as representações, as idéias, mas são “os homens reais, ativos”. (Lefebvre, 1999, p. 44)

Configura-se como produção social, sendo capaz de explicar a realidade através de duas acepções:

A acepção ampla, herdada da filosofia significa criação e se aplica à arte, à ciência, às instituições, ao próprio Estado, assim como às atividades geralmente designadas “práticas” (e a) acepção estrita, precisa, embora reduzida e redutora (...) mas modificada pela contribuição de uma concepção global, a história. (Lefebvre, 1999, p. 46)

Na produção em sentido estrito “*há a produção de bens, de alimentação, de vestuário, de habitação, de coisas*” (Lefebvre, 1999, p. 46). É a produção econômica do espaço, fundamentada num processo de apropriação desigual do uso do solo determinada “*pelo valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica do acesso*” (Carlos, 1994, p. 41), conduzindo à redistribuição do uso de áreas já ocupadas, com o deslocamento de atividades e pessoas, ou à incorporação de novas áreas que importam diferenciada valorização do espaço.

Para Corrêa (1995), os agentes produtores do espaço estão delimitados a partir das esferas privada e pública e apresenta como principais agentes da produção e do consumo do espaço, no interior dessas esferas, os proprietários dos meios de produção,⁴ os proprietários fundiários, os promotores imobiliários,⁵ o Estado e os grupos excluídos,⁶ sendo que um mesmo agente pode atuar em mais de uma

⁴ Corrêa (1995, p. 13) considera como proprietários dos meios de produção os grandes industriais e as grandes empresas comerciais, pela dimensão de suas atividades.

⁵ Compreende-se por promotores imobiliários, de acordo com Corrêa (1995, p. 19-20), os agentes que realizam a incorporação (transformam o capital-dinheiro em mercadoria, em imóvel), o financiamento, o estudo técnico (viabilidade técnica da obra), construção do imóvel e sua comercialização.

⁶ No contexto delimitado, parcela da população que não pode pagar para ter acesso

esfera e até mesmo complementar-se com ela. Ainda segundo este autor (1995), os três primeiros agentes possuem interesses muitas vezes conflituosos, mas se diferenciam dos dois últimos, por usufruírem uma renda da terra⁷ urbana como suporte físico e expressão de requisitos locacionais específicos às suas atividades.

A esfera pública (federal, estadual e municipal), representada pelo papel do Estado, neste caso, no âmbito municipal, e pelos cartórios de registro de imóveis, também exerce papel importante no contexto da produção territorial da cidade, intensificando a sua forma de organização. É esta esfera que vai legitimar, ainda, as ações da esfera privada, realizando empreendimentos e aplicando a tributação, além de tomar decisões quanto à localização dos investimentos, como também prestar e conceder os serviços públicos.

Os aspectos elencados sofreram a influência da esfera privada, no período delimitado, ambos se confundindo. É o privado personificado pelas ações do poder público prevalecente na formação do Estado brasileiro. (Martins, 1994, p. 21)

No estudo de Harvey (1980), reforçando aqui os apontamentos de Corrêa (1995), os agentes são responsáveis pela especulação e valorização do solo urbano, visto que na economia capitalista, o solo e suas benfeitorias são mercadorias. A valorização se dá pela transformação das áreas rurais em áreas urbanas, o que ocorre através do loteamento de novos bairros, com áreas industriais, de serviços, de lazer e de moradia, além de áreas propícias somente à especulação, dotadas ou não de infra-estrutura e de novos equipamentos. É por isso que Singer (1988) afirma que as transformações no preço do solo geradas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm a possibilidade de antecipar os lugares em que os serviços urbanos serão expandidos, muitas vezes influenciando nas decisões do poder público quanto às áreas a serem beneficiadas.

Ao trabalhar com esses elementos, Corrêa (1995) diz que eles passam por mudanças no tempo e no espaço. Importa aqui o quanto os segmentos dominantes elencados foram capazes de produzir o espaço urbano de Presidente Prudente, seja em ações particulares, seja em ações voltadas aos interesses particulares, mas utilizando-se de bens e equipamentos públicos.

à habitação (Corrêa, 1995, p. 29).

Os agentes produtores do espaço urbano, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, em Presidente Prudente, foram, especialmente, os proprietários fundiários e o poder público, representado pelo poder estadual (geralmente ditador das regras para produção, já que seu financiador) em consonância com o poder local (fragilizado pela inoperante receita e pela prioridade em atender interesses particulares determinados). Os primeiros vão se caracterizar pelo predomínio da relação do valor de troca sobre o valor de uso⁸, como no caso do coronel Marcondes e sua companhia de colonização. Os segundos vão direcionar, de acordo com alguns critérios, as verbas do município em obras de infra-estrutura básica e equipamentos, a priori, para o uso coletivo.

Neste sentido, buscou-se nesses agentes entender como e porque se deu a produção do espaço urbano de Presidente Prudente, a partir de 1920, predominantemente na área compreendida pelas quatro principais avenidas da cidade: Avenida do Estado (atual Avenida Brasil), Avenida Antonio Prado (atual Washington Luís), Avenida Goulart e Avenida Marcondes. O recorte territorial justifica-se pelo fato de ter, esta área, concentrado infra-estrutura urbana e equipamentos coletivos, bem como estabelecimentos comerciais e de serviços, que deram aporte às camadas urbanas e aos sucessivos contingentes populacionais que se estabeleciam nas áreas rurais.

Delimitaram-se, a partir das informações compiladas, três momentos de produção do espaço urbano da cidade, a partir de ações e estratégias pautadas por situações contextuais distintas e por elementos legitimadores ou não da dinâmica política e econômica nas escalas estadual e nacional e suas conseqüências no âmbito local, produzindo mudanças *dos e nos* atores sociais.

Atentando para esses aspectos, a quais interesses a produção do espaço urbano de Presidente Prudente respondia no recorte temporal demarcado? Na primeira etapa da produção do espaço urbano prudentino (até aproximadamente 1930), o interesse maior dos agentes era a venda de terras rurais. A venda de lotes urbanos era só um atrativo, mesmo porque os espaços urbano e rural ainda se confundiam. O crescimento populacional, no entanto, foi favorecendo o

⁸ Lefebvre (1999, p. 135) demonstra que a relação entre as coisas, os objetos, é dupla e alude valor de uso e valor de troca. "O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com outras coisas, com todos os objetos e com todas as

desenvolvimento de um núcleo urbano que passou a ter também suas terras concorridas para a venda. A cidade surgiu, então, como necessidade de propor atrativos para que um contingente cada vez maior de pessoas comprasse lotes rurais e se fixasse na região da Alta Sorocabana.

A Vila Goulart constituiu-se no primeiro núcleo e foi loteada pelo coronel Goulart, oficialmente não prostrado de interesses empresariais, apenas o de "abrir" o núcleo urbano para dar subsídio à população que se adensava. Se o núcleo urbano surgiu para sustentar a venda de terras, respondia, com isso, aos interesses dos proprietários fundiários, representados pelos dois coronéis que ditavam as regras também na produção espacial da cidade. Isso foi possível porque os coronéis e seus representantes na prefeitura municipal elegiam como prioritário a destinação de verbas municipais ou estaduais, no sentido de equipar a cidade para que os novos segmentos sociais, oriundos dos fluxos migratórios para o interior do Estado, se sentissem atraídos e comprassem suas terras rurais e também urbanas. "*Para os coronéis, o núcleo urbano, dotado de equipamento comercial, industrial e de serviços, preencheria a finalidade para qual fora fundado: dar suporte ao comércio de terras e à exploração agropastoril da zona rural*" (Abreu, 1996, p. 38).

O empresário Marcondes, no entanto, tinha por objetivo explícito colonizar a região. Para ele, não interessava diretamente a produção de um espaço urbano configurado em benfeitorias para usufruto, até porque residia na capital do Estado, não participando diretamente da vida prudentina; apenas de se beneficiar com a valorização das terras incorporadas ao urbano a partir da fundação da Vila Marcondes, mesmo porque esta área era topograficamente inferior àquela de seu concorrente. Esse processo foi se arrastando até por volta dos anos 30.

A partir daí, foi delimitada uma segunda etapa do processo de produção do espaço urbano de Presidente Prudente. Ele se configurou após as transformações políticas decorrentes da crise de 1929 e da "Revolução de 30", quando os interesses prevalentemente ditados pela ação dos coronéis entraram em conflito com os interesses das "novas lideranças" políticas e econômicas, partícipes de segmentos urbanos que buscavam visibilidade além função social exercida. Este é um momento de transição, no qual há pressão, por parte destes segmentos, em direcionar as políticas para a produção do espaço urbano e atender, como os coronéis, a seus próprios interesses, quais sejam, os de

imprimir melhorias à área central onde estavam localizadas suas atividades econômicas. Apesar de, no âmbito do poder político, alcançarem conquistas, elas não foram capazes de atribuir-lhes poder suficiente para imprimir transformações consubstanciais à vida prudentina e à produção desse espaço, pautando-se ainda no poder econômico.

Estas "novas lideranças" (médicos e engenheiros, pequenos comerciantes e industriais) tinham por objetivo o acesso mais efetivo à esfera do poder público para viabilizar a produção do espaço com equipamentos urbanos (infra-estrutura básica e equipamentos coletivos) na área central da cidade, a fim de que suas atividades ali localizadas fossem valorizadas.

A partir da promulgação da Lei Orgânica dos Municípios de 1935, as verbas estaduais e os impostos municipais, mesmo em valores quase inexpressivos, passaram a ser mais bem geridos. Era a atuação dessas lideranças pressionada pelo Estado. Alguns deles ocuparam cargos públicos por períodos consideráveis, como Domingos Lonardo Cerávolo, tendo influência na destinação de verbas. Outros ocuparam o poder público por pouco tempo, como Felício Tarabay, mesmo assim contribuíram para que fosse valorizada a área central da cidade, local por excelência, como já apontado, do desenvolvimento das atividades econômicas desses segmentos, numa terceira etapa da produção do espaço urbano de Presidente Prudente.

Para os comerciantes, para os profissionais liberais e para aqueles que moravam no centro da cidade ou que possuíam ali seus lotes, a cidade deveria ser produzida para crescer valor a seus bens. Para os comerciantes em especial, a cidade deveria ser produzida de tal maneira que facilitasse o fluxo das pessoas não só à área central (inclusive a chegada de seus empregados) mas na área central, de forma que esta chamasse a atenção, fosse pela necessidade de consumo ou pela presença da praça ou do bosque. Com isso, seria facilitada a apropriação da mais-valia, realizada pela comercialização de seus produtos.

Até mesmo os equipamentos de trabalho, como os tratores, adquiridos pela prefeitura e os funcionários, tinham papel diferenciado nas formas de produzir o espaço urbano. Na primeira etapa, eles deveriam abrir estradas, facilitar os loteamentos rurais e o núcleo urbano. Na segunda etapa, o trabalho era para despertar a vida no núcleo, tornando-o sedutor, no sentido de fixar o trabalhador recém chegado ao campo. A terceira etapa tinha como objetivo o oferecimento de serviços que justificasse a valorização da área central, como o

calçamento, o asfaltamento, o sarjetamento, a arborização, jardins, praças, incorporando valor aos imóveis.

Claro que muitos dos interessados em valorizar o centro da cidade, dentre eles os comerciantes, eram também donos de terras rurais e, por isso, nem sempre houve conflitos de interesses. Muitas vezes as disputas de poder se transformaram em alianças, com a conjunção de interesses dos coronéis e dos interesses das "novas lideranças", mesmo os primeiros já em decadência política e econômica. Eram interesses de proprietários de terras rurais, de proprietários de lotes urbanos e de comerciantes ou prestadores de serviços⁹, justificando-se o empenho pelos investimentos no centro da cidade. Interesses, portanto, mais amplos que os dos coronéis e os dos comerciantes, isoladamente.

A implementação de serviços administrativos, de saúde pública, de serviços escolares, os serviços religiosos, de comunicação (jornais e rádios) e bancários, marcaram as primeiras efetivas transformações na paisagem e nas funções da cidade, envolvida mais ativamente na dinâmica econômica, anteriormente assegurada quase que inteiramente pela produção do campo.

Assim, a presença de diligências econômicas e políticas determinadas para a produção do espaço urbano prudentino é reflexo da disputa de poder das lideranças locais. O caminho para se beneficiar desse processo, passava, efetivamente, pelo poder público, na ocupação de um cargo ou mantendo nele seus representantes.

A hegemonia política dos coronéis sofreu abalos com as transformações econômicas e sociais dos anos 30, desafiando sua base de sustentação e exigindo novas formas de acomodação dos interesses e das articulações políticas. A gradativa concentração das pessoas na cidade, abrindo-se, portanto, possibilidades de maior consciência política, desloca as bases do poder do meio rural para o meio urbano, dos coronéis para as "novas lideranças".

2. O poder público e a produção do espaço urbano de Presidente Prudente: a cidade no centro da cidade

Quando se discute o papel do comerciante de Presidente Prudente como ator nas relações de poder locais, se está afirmando que ele foi responsável, juntamente com outros atores, pela produção não só

⁹ São exemplos: Luiz Ferraz de Mesquita, Pedro Furquim, Augusto de Jesus e Domingos Leonardo Cerávo.

do espaço mas da vida no urbano, ditando regras, apresentando ou impedindo realizações de acordo com seus interesses, de interesses de segmentos sociais determinados e, às vezes, interesses da população.

Na primeira etapa da produção do espaço urbano de Presidente Prudente, ou seja, aquela de ocupação desordenada de áreas da cidade em formação, atrelada aos interesses coronelistas, o poder público não implantou equipamentos e serviços de uso coletivo comparáveis aos que ofereceu o poder privado, participante mais ativo do processo de estruturação das funções urbanas e da produção de seu espaço. A justificativa para a ausência de investimentos com dinheiro público, na década de 1920, era a diminuta receita municipal e a escassez de verbas estaduais. Segundo o jornal *A Voz do Povo*, nº 172, de 05/05/1929, as verbas destinadas a esse fim eram transformadas em "*promessas do situacionismo local de que o governo do Estado faria melhoramentos na cidade. Ao invés disso, o dinheiro público (era) utilizado para garantir a afilhadagem política*".

Somente após 1935, com o fim do período denominado de transitório no processo de produção do espaço urbano, iniciado por volta de 1930, já adentrando a sua terceira etapa de produção, o redimensionamento político do país garantiu algumas melhorias, em função da gestão do dinheiro público, à cidade de Presidente Prudente, que recebeu recursos financeiros tanto locais como estaduais e federais, permitindo investimentos em equipamentos coletivos e infra-estrutura básica.

Um dos fatores que permitiram esses melhoramentos foi a promulgação da Lei Orgânica dos Municípios, como exposto. Esta lei disciplinou os gastos públicos porque exigia, a partir daí, a prestação de contas a cada seis meses, teoricamente, impossibilitando desvios exorbitantes de verbas. Com isso, algumas obras que eram reivindicadas pela população puderam ser concretizadas, como as indicadas mais adiante. É evidente, contudo, que parte delas foi construída porque interessava ao poder público, como forma de legitimação do bom desempenho de seu administrador e porque favoreceria a segmentos dominantes locais, como os próprios comerciantes. Para reforçar o poder simbólico, entretanto, a facção política à frente da administração do município, criava no imaginário social a idéia de que as obras tinham sido construídas porque eram reivindicações da população ou porque garantiriam o seu bem.

Antes da promulgação da Lei, o município ficava com uma parcela irrisória do imposto que arrecadava, mesmo com a cobrança dos

tributos sobre terras, prédios, número de cafeeiros plantados, indústria e profissões, diversão e produtos diversos. Apesar de cobrados, a troca de favores entre proprietários de terras, comerciantes, industriais e poder público era uma prática freqüente, inviabilizando o pagamento dos impostos. Às vezes, eram esses próprios segmentos, representantes desse poder, se auto isentando do pagamento. Com isso, os municípios dependiam sempre da "boa vontade" do governo do Estado para a complementação de sua receita.

Era prática comum, ainda, burlar a dívida quando a facção política adversária se encontrava no poder. Os marcondistas ou seus representantes faziam o possível para não pagá-la na administração goulartista. Com isso, a prefeitura não captaria fundos e não realizaria obras. O mesmo acontecia com os goulartistas, quando os marcondistas ou seus representantes ocupavam a prefeitura. Ao se pensar que a facção que estava no poder também não os pagava, por razões óbvias, não é difícil imaginar que a arrecadação do município só pudera ser irrelevante. Fundamentado no favorecimento, o sistema de poder político coronelista, portanto, foi uma barreira à produção de um espaço urbano configurado pelo dispêndio em equipamentos e obras públicas.

Com a instituição do Estado Novo, a sucessória indicação e exoneração de prefeitos em todos os Estados fez com que, também nesse período, o município fosse gerido com preocupação, o que ocorria em virtude dos chefes do executivo se esforçarem para não perder seus cargos. Em Presidente Prudente, como em grande parte do país, este fato não foi suficiente para ocasionar melhorias nas práticas políticas tradicionais, apesar de impulsionar determinados setores urbanos e policial o "retorno à sociedade", em bens sociais, da arrecadação de impostos.

Até meados da década de 1930, não foi possível a obtenção de dados que demonstrassem a arrecadação municipal, pelos motivos apontados acima. Com o rigor imposto pelo Estado Novo e a consolidação dos interesses das "novas lideranças" a partir dos anos 40, a sonegação de impostos por disputas políticas foi se amenizando. Era interessante para o prefeito demonstrar o quanto a arrecadação podia ser benéfica ou o quanto ela era irrisória, dependendo da quantia que se conseguia aplicar em "outros" melhoramentos que não os utilizáveis pela coletividade.

O recolhimento manteve-se constante no período apresentado (Quadro 01), sem saltos negativos nem positivos, reflexo do crescimento constante, mas moderado, do número de habitantes. A

sonegação também era um fator limitante, já que ainda não havia um controle sistematizado na arrecadação, apesar dos melhoramentos destacados acima. O salto observado no ano de 1944 possivelmente tenha decorrido pelas perspectivas do pós-guerra, da idéia do novo e de retomada de investimentos também localmente.

Quadro 01 – PRESIDENTE PRUDENTE – ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (1938-1946) (1)	
1938	960.000,00
1939	1.600.000,00
1940	1.900.000,00
1941	2.040.000,00
1942	2.080.000,00
1943	2.360.000,00
1944	3.115.000,00
1945	2.621.000,00
1946	2.982.000,00

Fonte: PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico, 1938-1946. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal.

(1) Valores em Cr\$

Org.: Márcia da Silva

O crescimento populacional e os aportes daí decorrentes forçaram o poder público a investir em obras e acelerar o processo de produção do espaço urbano.

Para demonstrar o papel dos comerciantes neste processo, entende-se ser importante, até mesmo para dar concretude ao discurso, apontar algumas realizações destes quando se encontravam à frente do poder público municipal. O trabalho dos membros da ACIPP junto ao poder público fez com que ações se instaurassem ao espaço, possibilitando a sua produção no urbano, no âmbito da territorialização. É por isso que, ao "*se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço*" (Raffestin, 1993, p. 143).

Apesar de não ocupar nenhum cargo de destaque na ACIPP, João Gonçalves Foz¹⁰ era um de seus membros. Foi nomeado prefeito

¹⁰ João Gonçalves Foz ocupou o cargo de prefeito por duas vezes consecutivas: de 01/10/1934 a 30/04/1935 e de 05/08/1935 a 04/09/1936. (Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33)

por Armando de Salles Oliveira, em 1934. A indicação partiu de Francisco Machado de Campos, antigo sócio de Foz e Secretário de Obras Públicas do governo do Estado. A sociedade começou quando, em 1928, João Gonçalves Foz adquiriu, da Cia. Marcondes de Colonização, a Empresa Caiuá de Presidente Prudente. Segundo Abreu (1997), na data da compra, essa empresa conseguiu uma concessão para fornecer luz e força ao município por 30 anos.

João Gonçalves Foz, no entanto, deixou a empresa em 1933, mas seu ex-sócio permaneceu no negócio. Morando na capital do Estado, conseguiu verbas para, pelo menos em termos paisagísticos e de infra-estrutura, assegurar uma administração realizadora, com o prosseguimento de obras que haviam sido iniciadas em outras administrações, como a colocação de guias de sarjetas, o calçamento e o término do paço municipal, além da construção de um cemitério. (Abreu, 1972, p. 310)

A administração Felício Tarabay havia feito o levantamento necessário para as obras de implantação da água e do esgoto. João Gonçalves Foz, ao assumir o cargo, chegou à prefeitura com uma autorização expedida pelo interventor do Estado para um empréstimo que viabilizaria a realização das obras. Em virtude, mais uma vez, da falta de complementação de verbas, as obras só foram realizadas no mandato de Miguel Brisola de Oliveira, através do Ato n.º 6, de 10 de janeiro de 1938, que aprovou o regulamento para a execução dos serviços que foram inaugurados naquele ano (A Voz do Povo, 29/11/1938, n.º 543). A princípio, a água era distribuída por meio de poços artesianos, num total de quatro, situados a um quilômetro do centro da cidade, com três reservatórios e duas bombas elevatórias. A rede edificada de esgoto possuía 17.000 metros, em 1943, servindo a 633 residências.¹¹

Miguel Brisola de Oliveira foi prefeito de 1936 a 1938¹², sendo responsável por algumas realizações. O arrendamento de uma área de mata virgem pertencente ao coronel Goulart, por cinco anos, "*que ele reservara desde a fundação da cidade*" (Abreu, 1972, p. 317), transformando-a, após alguns melhoramentos, num bosque municipal. A

¹¹ PRESIDENTE PRUDENTE (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico, 1943-1944. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal.

¹² Conjuntura Prudente/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997, p. 33. Miguel Brisola de Oliveira foi eleito em processo indireto (votaram apenas os vereadores).

obra serviu tanto para embelezar o centro da cidade quanto para valorizar as terras urbanas do coronel Goulart.

A superação da deficiência na prestação dos serviços de iluminação pela Companhia Caiuá (não havia fornecimento contínuo de energia) foi uma das metas da sua administração, cobrando da empresa melhorias na prestação dos serviços, o que de fato ocorreu, mas não definitivamente. O fornecimento só passou a ser regularizado nos anos 40, com a construção da Usina Quatiara e o represamento do Rio do Peixe, no Município de Rancharia.

Um aspecto relacionado ao zoneamento foi a instituição da Lei Municipal n.º 16, de 1936, pela qual estavam isentos de impostos, num período de 10 a 20 anos, todos os prédios que fossem construídos no quadrilátero central, formado pelas principais avenidas de Presidente Prudente, não podendo o valor total da obra exceder 150 e nem ser inferior a 80 cruzeiros. É importante ressaltar que as obras realizadas até então pelo poder público (décadas de 1920, 1930 e 1940) limitaram-se ao espaço do cruzamento dessas avenidas, especialmente nas administrações de atores envolvidos com algum tipo de atividade ali localizada, como Felício Tarabay. A sede própria da ACIPP, por exemplo, estava orçada em 800 cruzeiros, valor muito superior ao estipulado pelo poder público, mas mesmo assim a ACIPP ficou isenta do imposto por 05 anos

Miguel Brisola de Oliveira deu início, ainda, à construção do prédio do Fórum, na Avenida Coronel Marcondes, mas a construção só foi concluída em 1944. Os prédios para a Cadeia Pública e para a Delegacia Regional de Polícia, apesar desse serviço já ser prestado na cidade desde 1923, só foram concluídos na década de 1940, na administração do médico político Domingos Leonardo Cerávolo, mas o planejamento para a construção, como os pedidos de verbas, a planta do prédio, iniciaram-se no governo João Gonçalves Foz, em 1935. As décadas de 1930 e 1940 se constituíram de algumas realizações para o coletivo, pois várias obras foram concluídas com o respaldo financeiro do Estado, como o Ginásio São Paulo (1930), a Delegacia Regional de Ensino (1932), o Grupo Escolar (1938 – atual Arruda Melo), além do Colégio Estadual em 1943 (atual IE Fernando Costa).

Ainda nos anos 40, a inauguração dos prédios do Fórum e da Estação de Ferro Sorocabana transformou-se num evento de divulgação dos nomes de Felício Tarabay e de Leonardo Cerávolo na cidade, pois foram inaugurados pelo Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Marrey Júnior, representante do interventor Fernando Costa, a convite

de ambos os políticos (O Imparcial, 16/04/1944, nº 513). Na ocasião, o secretário visitou a sede local da Associação Comercial, reunindo-se com os comerciantes que pediram maior atenção à região e a construção de obras que permitissem o desenvolvimento econômico-social de Presidente Prudente. (O Imparcial nº 514 de 18/04/1944 e Ata do Conselho Consultivo da ACIPP, 1940)

Pode-se constatar, através desses exemplos, que o poder instituído pela Associação Comercial garantiu a seus membros o “comando” da cidade, em virtude de relações com outras instâncias além limites municipais. Claro que, por trás do discurso do “progresso regional” por eles enunciado, estavam embutidos interesses enquanto grupo e interesses individuais. A relação com o poder público, por exemplo, de Felício Tarabay, em razão de seu cargo de presidente da ACIPP em toda a década de 1940, era muito mais com o intuito de conquistar cargos municipais que para a defesa da população e da própria instituição que representava.

As administrações de Felício Tarabay (1933 e 1947) garantiram-lhe a possibilidade de intervir no processo de produção do espaço urbano, com o apoio do governo do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros¹³, oferecendo melhoramentos referentes à implantação de obras e equipamentos coletivos. Para isso utilizou também dinheiro dos cofres do município. A construção do jardim público, uma antiga reivindicação dos moradores que não possuíam um lugar para descansar e conversar nas horas de lazer, ocorreu em 1933. O jardim foi construído para, além da possibilidade do encontro, a realização de comícios e festas. O espaço de um quarteirão, adquirido na administração do coronel Goulart, dele próprio, foi transformado num local de reunião no fim de tarde dos prudentinos. Para ampliar esta área, a prefeitura comprou do padre Antonio Joaquim Pereira um terreno de 13m x 42m ao lado da igreja matriz,¹⁴ para a instalação de circos.

¹³ Adhemar de Barros e Felício Tarabay eram amigos e compadres. Tarabay era o responsável em fortalecer, localmente, as candidaturas de Adhemar de Barros. Consciente da importância das campanhas eleitorais municipais, que eram asseguradas pela influência que o prefeito ou o líder municipal exercia sobre a população, Adhemar de Barros utilizava o apoio de seu correligionário para a conquista de votos. Em troca, garantia a Felício Tarabay postos públicos, como os de prefeito em 1933 e 1947, vereador e até o cargo de sub-chefe da Casa Civil do Estado de São Paulo, ambos quando ele era governador.

¹⁴ Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - Departamento de Patrimônio (protocolo, nº 13.044).

O início das obras do paço municipal, das obras de calçamento e da construção do Mercado Municipal, também foi uma realização de Felício Tarabay, bem como da colocação de guias de sarjetas e a arborização da Avenida do Estado (atual Avenida Brasil), obras iniciadas em administrações passadas e que ele concluiu. Como forma de melhorar e fazer do centro da cidade um local atraente ao consumo, especialmente ao grande contingente de pessoas da área rural, o prefeito exigiu que fossem construídos muros defronte aos terrenos¹⁵ existentes nas ruas que formavam o quadrilátero central.

Tarabay fez gestões junto aos órgãos públicos estaduais para resolver problemas de infra-estrutura básica, como água potável e esgoto, além da troca dos postes de iluminação por outros mais “resistentes e modernos”, que garantiriam uma melhor distribuição de energia à cidade. A telefonia também foi instalada em Presidente Prudente e na região da Alta Sorocabana por Felício Tarabay. Neste caso, explicitamente para favorecer seus próprios negócios, pois era o sócio majoritário da firma “Tarabay, Sampaio & Cia”, responsável pela instalação dos serviços em 1947. A rede abrangia em 1949, toda a Alta Sorocabana, com 226 km de linhas. Na cidade de Presidente Prudente os cabos já eram aéreos, uma novidade só encontrada nas grandes cidades.

Em 22 de junho de 1949, o prefeito Pedro Furquim, correligionário de Tarabay, autorizou, pela lei nº 54, concessão, com exclusividade, para exploração do serviço telefônico pela companhia de Tarabay. O serviço foi concedido por 30 anos, tendo a empresa “Tarabay, Sampaio e Cia”, por responsabilidade, que o sistema magneto e de baterias para linhas destinadas ao uso residencial fossem instalados num prazo de sessenta dias.

Esta é uma demonstração da relação público e privado que fez com que interesses particulares fossem fomentados por intermédio de ações públicas. O favorecimento de um companheiro de partido político pode esclarecer a sutil fronteira estabelecida entre as diversas instâncias do poder público municipal, já que Tarabay, além de presidente do Partido Social Progressista (PSP) local, acabara de deixar o cargo de chefe da Câmara de Vereadores da cidade.¹⁶

¹⁵ Não foi possível esclarecer se os muros teriam que ser construídos também nos terrenos baldios ou se somente naqueles já construídos.

¹⁶ Felício Tarabay foi Presidente da Câmara de Vereadores de Presidente Prudente de 01/01/1948 a 13/03/1949. Pediu demissão do cargo. Assumiu o cargo José Foz (13/03/1949 a 31/12/1951). O Imparcial, 13/03/1949, nº 1670.

Para justificar a passividade da população de Presidente Prudente diante desse fato e de outros que o trabalho aponta, recorremos a Martins (1994, p. 22). Este autor afirma que, no Brasil, a relação público e privado nunca existiu

na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos.

Anteriormente ao segundo mandato, mesmo não estando de posse de cargos públicos, Felício Tarabay, por intermédio de suas relações pessoais com o governador Adhemar de Barros, solicitou-lhe, em sua visita a Presidente Prudente, em 1940, verba para o asfaltamento das ruas do centro da cidade. O asfaltamento era o sonho político almejado por aqueles que chegavam ao cargo de prefeito e uma das promessas do então chefe do poder público local. Por esforços dos dois líderes, numa junção do poder local ao poder estadual, no mesmo ano teve início o asfaltamento, serviço concedido à empresa "Veja & Cia". A rua Tenente Nicolau Maffei (A Voz do Povo, 20/06/1940, n° 771) foi a primeira a ser asfaltada e, pouco a pouco, o empreendimento foi executado em todas as ruas do quadrilátero central da cidade.

A localização do prédio para a sede própria da ACIPP no quadrilátero central, por exemplo, confirma a importância de se estar nessa área para a busca de poder. Naquela época (e até os dias atuais), estar ali situado era garantia de prestígio. "Ah, eu morava no centro, nos fundos da loja ali da Marcondes," afirmou com ênfase Vicente Furlaneto em entrevista. Os poderes econômico e político eram reforçados pelo poder simbólico. A idéia de superioridade presente no imaginário social dos que residiam ou possuíam suas atividades econômicas naquele local, era clara, como bem corroborou Vicente Furlaneto.

Apesar de ser uma reivindicação tida como da "população em geral", o asfaltamento das ruas da área central a ela pouco beneficiou. Na verdade, esse benefício atendeu muito mais aos interesses dos segmentos com maior poder aquisitivo e, dentre estes, os comerciantes, que a população de baixa renda. Com suas atividades econômicas ali

localizadas, o asfalto nas ruas tanto garantia aos comerciantes a possibilidade de um maior atrativo para se ir ao centro e consumir, quanto a valorização de seus imóveis e outras propriedades, como as residências e os terrenos, assegurando a elevação do preço do solo e dos aluguéis. Muitos que antes do asfaltamento ainda poderiam ter acesso ao local, através da compra de imóvel ou aluguel, possivelmente tiveram que buscar outras localizações, até mesmo fora do perímetro urbano.

A vinda do governador do Estado à cidade foi planejada por Felício Tarabay, que viajou até à capital para convidá-lo.¹⁷ Adhemar de Barros hospedou-se em sua residência, visitando a Santa Casa local, na qual foi recepcionado pela sociedade dos médicos da instituição. Visitou, ainda, a Associação Comercial e Industrial a convite do presidente Tarabay (A Voz do Povo, 22/09/1940, n° 794). As visitas aos segmentos dominantes e com maior representatividade na cidade, os comerciantes e os médicos, era uma forma de assegurar poder político e simbólico e fortalecer as relações clientelistas.

Na segunda metade da década de 1940, acentua-se a complexidade funcional da cidade, decorrente da aceleração do processo de divisão interurbana e intra-urbana do trabalho. Há assim, de acordo com Hora e Souza (1995, p. 43) "uma reestruturação das relações cidade-campo, com reflexos em nível espacial".

Com isso, leis de zoneamento, utilização e conservação do solo urbano começaram a ser elaboradas, mesmo sem um controle, na prática, que justificasse a sua elaboração. Na verdade, as leis existiam, contudo não eram cumpridas. Em 1945, um decreto da prefeitura proibiu modificações nos prédios antigos das ruas Tenente Nicolau Maffei e Barão do Rio Branco. A partir de então, nessas ruas, eram permitidas apenas as construções com mais de um pavimento. Esta determinação, mesmo agravando o problema da falta de moradias que ocorria em Presidente Prudente, foi vista, por parte da população, como coerente. O Imparcial de 20 de janeiro de 1945, em seu número 720, apontava esse respaldo ao poder público. A evolução do número de prédios da cidade (Quadro 02) é um indicador da expansão da malha urbana e efeito imediato do crescimento populacional.

O número de prédios construídos no período de 1930 a 1944 mantém-se constante (Quadro 02), sem grande ascensão, o que significa a inexistência de um abrupto deslocamento de pessoas para a região, necessitando-se da construção acelerada de novas residências ou prédios

¹⁷ Informações cedidas em entrevista por Terezinha Tarabay.

para atividades econômicas. A falta de informações pormenorizadas nos impossibilitou uma análise mais detalhada referente a década de 1930.

Ano	Número de Prédios
1930	680
1935	978
1940	2.043
1941	2.160
1942	2.382
1943	2.454
1944	2.474
Total	13.171

Fonte: Presidente Prudente (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico, 930-1944. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal. Org.: Márcia da Silva

Já como reflexo do processo mais efetivo de produção do espaço, a Lei nº 50, de 28 de março de 1949, exigia dos proprietários de imóveis urbanos a colaboração para que se ampliassem as áreas institucionais e verdes no centro da cidade. Para isso foram necessárias a doação e a venda, à municipalidade, de 10% da área não loteada, além das praças e das ruas que já faziam parte das áreas públicas. A justificativa estava também na necessidade de ampliação de ruas com guias de sarjetas e postes para a rede elétrica, o que não poderia ser realizado em áreas particulares. Francisco Cunha, por exemplo, alguns anos antes da promulgação da lei, em 25/09/1931, doou um terreno de 13m x 20m para o prolongamento da rua Barão do Rio Branco, que então chegaria a rua Mato Grosso (atual Floriano Peixoto). Outra doação, feita por Augusto de Jesus,¹⁸ da firma Jesus S/A Industrial e Agrícola, doou à prefeitura, na década de 1940, um terreno para o prolongamento de outra rua, a Joaquim Távora.

A Quadro 03 aponta que a lei de ampliação das áreas institucionais surtiu efeito, já que a área foi ampliada, da década de 1940 para a década 1950. As áreas verdes também expandiram-se. De

¹⁸ Informações adquiridas na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – Departamento de Patrimônio (protocolo 36.130), p. 125. Augusto de Jesus era presidente da ACIPP, fazendeiro e comerciante.

um total de aproximadamente 19.000 m² em 1940, elevaram-se para mais que o dobro deste número em 1950.

O total de área loteada ampliou-se, mas da década de 1930 para a década de 1940, justamente o período em que não temos os dados referentes ao número de prédios construídos, resultado, acredita-se, do crescimento das atividades produtivas na cidade (indústria, comércio e serviços) e do crescimento populacional decorrente da dinâmica econômica lançada por essas atividades. Esses fatores garantiram a absorção do espaço rural pelo espaço urbano e que também podem ser aplicados à expansão das áreas institucionais e verdes, como registra o Quadro 03.

Décadas	Área Loteada (m ²)	Área Institucional (m ²)	Área Verde (m ²)
1920	939.990	13.720	24.900
1930	767.992	12.415	8.448
1940	4.209.765	75.556	18.987
1950	4.354.815	119.811	56.743

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – ASPLAN (Assessoria de Planejamento).

Org.: Márcia da Silva

No ano de 1949, ainda, segundo o Decreto nº 45, foi proibida a construção de prédios em madeira em todo o quadrilátero central. O trabalho de Bittencourt (1988) aponta que, já em 1987, no centro da cidade, as habitações em madeira correspondiam a apenas 6,32% do total das residências ali existentes. As mais antigas tinham sido construídas há mais de 40 anos, aproximadamente no início da década de 1950, conformando com a idéia de investimentos para a valorização da área central. A indicação que proibiu a construção de prédios em madeira no centro da cidade é bem mais antiga, de 1924, e foi elaborada pelo vereador José Ramos Terra.¹⁹

¹⁹ Pelo exposto, a Lei não foi respeitada. Ata da Câmara Municipal de Presidente Prudente, livro nº 01, sessão de 18/10/1924. In: ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

É importante ressaltar que os vários equipamentos urbanos ou os serviços implantados, como a Delegacia de Polícia, o Grupo Escolar, a iluminação pública, o calçamento e o asfaltamento e até as atividades econômicas diversas, como os bancos, restritos ao centro da cidade, por exemplo, foram apropriados de modo diferenciado pelos atores de diversos segmentos sociais. Nem todos tinham oportunidade de usufruir diariamente do jardim público, por exemplo, localizado no centro da cidade e, até certo ponto, distante dos bairros que estavam sendo incorporados à malha urbana.

Com isso, não acredita-se na possibilidade da realização das obras públicas ter tido como objetivo único o atendimento a um apelo da população. Não só Tarabay, mas possivelmente os demais prefeitos colocaram nessas realizações interesses dos segmentos aos quais pertenciam, a fim de serem beneficiados.

Essa foi a relação do comerciante de Presidente Prudente anterior a década de 1950 como representante do poder público local, induzindo e influenciando a produção do espaço central da cidade, em virtude de ali se localizarem os estabelecimentos comerciais e de serviços que legitimavam-lhe a função social e o poder.

Neste sentido, é possível acompanhar as idéias de Sposito (1996) e associá-la ao centro da cidade de Presidente Prudente no período delimitado. No período, a cidade era o centro da cidade visto como a

representação mais marcante, mas também como expressão do sentimento social de pertencer a cidade. A cidade centraliza, porque concentra atividades econômicas e lúdicas, porque é o ponto de concentração das pessoas, porque é o espaço do exercício do poder e da representação desse poder. (Sposito, 1996, p. 116)

Foi nessa perspectiva que as representações sociais se deram a partir da própria cidade, na busca ou na sustentação de poder das "novas lideranças" pela prática social. Desnudou-se, então, um cenário novo de Presidente Prudente, pois visto de outra maneira, a dos comerciantes como atores em relações de poder locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972.
- _____. *Poder político local no populismo: Presidente Prudente (SP) - 1928-1959*. Presidente Prudente: Impress. 1996.
- _____. *Recortes*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.
- ABREU, Mauricio A. Sobre a memória das cidades. *Território Livre*, Rio de Janeiro: nº 4, 1998.
- BITTENCOURT, Rosa Maria. *Presidente Prudente: a habitação de madeira e o desenvolvimento do oeste paulista*. São Paulo, 1988. 546 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- CARLOS, Ana Fani A (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA. São Paulo, 1920-1980.
- CONJUNTURA PRUDENTE/97. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1997
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HORA, Mara Lúcia F. da. SOUSA, Sílvia A. de. Dinâmica habitacional no oeste do Estado de São Paulo. *Recortes*, Presidente Prudente, n 05, p. 39-78, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCLPP, 1972.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França Raul A. e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PRESIDENTE PRUDENTE (Cidade). Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico. 1938-1946. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: s. n., 1994.
- SILVA, Márcia da. *O vai e vem: de quem? Um estudo sobre a atividade comercial varejista na micro-região de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Monografia de Bacharelado)

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.

_____. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR, 1999.

Fontes

Jornais

CORREIO DA SOROCABANA. Presidente Prudente, 1945-1950

A VOZ DO POVO. Presidente Prudente, 1926-1952

O IMPARCIAL. Presidente Prudente, 1941-1951

Outros

Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente

- Atas da Diretoria da Associação Comercial – 1927-1951

- Atas do Consultivo da Associação Comercial – 1927-1951

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – Assessoria de Planejamento (ASPLAN)

Primeiro Cartório de Registro de Imóveis – Livros 01 e 02